

Ficha Limpa enfrenta primeiro teste no TSE

Tribunal Superior Eleitoral delibera nesta semana sobre ao menos 169 recursos contra decisões de tribunais regionais eleitorais que proibiram candidaturas com base na nova legislação, resultado de iniciativa popular



Nelson Jr./ASICS-TSE

Ministros do TSE examinam nesta semana pedidos de cassação de registros de candidatos, com base na Lei da Ficha Limpa, comentada em Plenário por Pedro Simon (E) e Acir Gurgacz (D)



Waldemir Barreto/Senado Federal

A Lei da Ficha Limpa, que proíbe as candidaturas de condenados pela Justiça em decisão colegiada, enfrentará o seu primeiro teste ainda nesta semana, quando o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) examina pedidos de cassação de registro de candidatos. Até segunda-feira, ao menos 169 candidatos já ha-

viam protocolado recursos relacionados a decisões dos tribunais regionais eleitorais (TREs). Em Plenário, Pedro Simon afirmou ver evolução da democracia em razão de os principais candidatos à Presidência terem ficha limpa, e Acir Gurgacz recomendou aos eleitores que escolham seus candidatos com responsabilidade. **3**



Waldemir Barreto/Senado Federal

Eleição terá 135,8 milhões de votantes e 1.654 cargos em disputa

Número de eleitores registrados aumentou 7,8% em relação a 2006. São 22.520 candidatos em todo o país. **2**

Presidenciáveis são cobrados sobre como priorizar a educação

Senador Cristovam Buarque afirma que setor educacional é o motor do progresso e do desenvolvimento. **4**

Votação do piso nacional de salário para policiais deve ter prioridade

Senador Arthur Virgílio disse que, depois de votação na Câmara, vai requerer urgência para exame no Senado. **4**

Em 3 de outubro, 135,8 milhões de brasileiros escolherão 1.654 pessoas para ocuparem cargos eletivos no Executivo e no Legislativo. Os concorrentes somam 22.520

Em quatro anos, número de eleitores aumentou 7,8%

CONCORREM ÀS ELEIÇÕES gerais de 3 de outubro 22.520 candidatos aos cargos de presidente da República, governadores, senadores, deputados federais, deputados estaduais ou distritais. Entre esses, 1.654 serão escolhidos pelos 135.804.433 eleitores brasileiros para mandatos de quatro ou oito anos – no caso dos senadores. O número de eleitores registrados em 2010 aumentou 7,8% em relação a 2006.

Segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), 275 dos registrados concorrem ao Senado, onde estão em disputa 54 das 81 cadeiras, ou dois terços do total de senadores (ver matéria abaixo). Outros 292 concorrem ao cargo de primeiro suplente de senador e mais 296 ao de segundo suplente. A diferença entre o número de titulares e de suplentes deve-se ao fato de algumas candidaturas ainda estarem em aberto por motivos como desistência ou morte do candidato titular.

Nove pessoas disputam o cargo de presidente da República e outras nove o de vice-presidente. Para os 27 governos estaduais há 169 inscritos, sendo os registros de candidatos (176) a

vice-governador também pouco maior do que o dos titulares.

Caso haja segundo turno para a escolha de presidente e de governadores, a nova eleição será realizada no dia 31 de outubro, conforme calendário estabelecido pelo TSE. O segundo turno só ocorrerá se nenhum dos candidatos atingir a maioria absoluta dos votos válidos.

Proporcionais

Nas eleições proporcionais – quando a representação é distribuída proporcionalmente entre os partidos, sem neces-

sidade de segundo turno –, os candidatos a deputado federal são 6.040, para 513 vagas. Já nos estados, 14.383 pessoas buscam as vagas de deputados estaduais e, em Brasília, 871 lutam por uma vaga na Câmara Distrital. Ao todo, são 1.059 mandatos de deputados estaduais ou distritais em disputa.

São Paulo é o estado com maior número de eleitores (30,3 milhões), seguido de Minas Gerais (14,5 mi), Rio de Janeiro (11,5 mi), Bahia (9,5 mi), Rio Grande do Sul (8,1 mi), Paraná (7,6 mi) e Pernambuco (6,2 mi).

Disputa acirrada

Mais de 22 mil candidatos disputam 1.654 vagas.
Veja quantos são os postulantes para cada um dos cargos em disputa.

Cargos	Candidatos	Vagas
Presidente	9	1
Senador	275	54
Governador	169	27
Deputado federal	6.040	513
Deputado estadual/distrital	15.254	1.059

Disputa pelas 54 vagas no Senado tem 275 candidatos

Homem, entre 45 e 59 anos de idade, com curso superior e casado. Esse é o perfil médio dos candidatos que aspiram a uma das 54 vagas em disputa no Senado. Das 275 candidaturas registradas, 194 foram consideradas aptas, de acordo com informações do site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

As profissões mais comuns entre os que buscam uma cadeira no Senado são, de acordo com dados fornecidos pelos próprios candidatos, advogado (19%), professor de ensino médio (5,6%), professor de ensino superior (5,1%) e empresário (6,1%). Deste universo, 23% afirmaram já ter ocupado cargos de deputado e senador.

Quanto ao grau de instrução, 73% declararam ter completado curso superior e apenas um candidato (0,5%) declarou não ter cursado o ensino médio.

A experiência também parece ser componente importante. Do total de candidatos, 55% têm entre 45 e 59 anos, e cerca de 25% passaram dos 60. A maioria também é casada (67%), sendo apenas 12% solteiros.

Onze partidos ainda não prestaram contas ao TSE

Onze diretórios nacionais de partidos políticos ainda não entregaram ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) os balancetes de contas referentes ao mês de julho, contrariando a Lei dos Partidos (Lei 9.096/95), que exige prestações de contas mensais nos quatro meses anteriores e nos dois meses posteriores às eleições. De acordo com o TSE, dos 27 diretórios nacionais, 11 não teriam prestado contas até o momento: PCB, PCO, PMN, PRP, PSC, PSDB, PSDC, PSL, PTdo B, PTC e PRTB. A liderança do PSDB disse ter protocolado a entrega do balancete ontem, mas o registro ainda não foi atualizado pelo TSE.

O prazo acabou na segunda-feira, já que os balancetes devem ser enviados até o 15º dia do mês subsequente ao avaliado. De acordo com a Lei dos Partidos, a Lei 9.693/98 e a minirreforma eleitoral (Lei 12.034/09), o atraso na divulgação de contas ou sua desaprovação total ou parcial podem implicar suspensão de novas cotas do Fundo Partidário e até mesmo o cancelamento do registro civil e do estatuto do partido. Os balancetes estão disponíveis no site www.tse.gov.br/internet/partidos/balancetes_mensais.htm.

Dedução de IR a quem contratar jovens e pessoas acima de 50

A primeira experiência profissional dos jovens de 18 a 24 anos e a volta de pessoas com mais de 50 anos ao mercado de trabalho podem ficar mais fáceis. A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado deve avaliar no próximo esforço concentrado – de 31 de agosto a 2 de setembro – o projeto que prevê benefícios fiscais no Imposto de Renda às empresas que contratarem funcionários nessas duas faixas etárias.

A matéria, que tramita em decisão terminativa, altera a legislação do Imposto de Renda de pessoas jurídicas para conceder o benefício fiscal. Pelo



João Claudino

substituto do senador João Vicente Claudino (PTB-PI), a Lei 9.249/95 passa a permitir a dedução, em dobro, das despesas com salários dos empregados enquadrados nessas idades. O limite do desconto será 6% do lucro

operacional.

Para ter direito ao benefício, o empresário deverá comprovar que não reduziu postos de trabalho nos três meses anteriores à contratação de jovens ou de pessoas acima de 50 anos. Além disso, há previsão de controle em separado das despesas relacionadas ao incentivo fiscal, para que não ultrapassem 15% do montante da folha de pagamento da empresa.

Setor privado pode participar na recuperação de menor infrator

A participação do setor privado na política de recuperação dos menores infratores é um dos principais objetivos de projeto do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que está pronto para ser votado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), em decisão terminativa.

O texto (PLS 118/07) inclui estabelecimentos particulares, como escritórios e fábricas, entre os locais onde o adolescente infrator poderá prestar serviços comunitários. Para tanto, as empresas devem estar cadastradas nos juizados da Infância e da Juventude, bem como em programas comuni-

tários ou governamentais. Para viabilizar a medida, a proposta prevê a alteração do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90).

Simon considera que o Estado não alcançou sucesso em ações de recuperação de menores por não ter aplicado os recursos financeiros necessários e por não dispor de conselhos tutelares em número suficiente.

Para o senador, a solução para o problema da delinquência infantojuvenil passa pela instauração de políticas públicas voltadas para a educação das crianças e dos adolescentes e pela inserção dos jovens no mercado de trabalho.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Discursos e comunicados da Mesa

14h A sessão é não deliberativa, dedicada a comunicados da Mesa e a pronunciamentos, não havendo votação de matérias.

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no **Jornal do Senado** pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Acir Gurgacz • Roberto Cavalcanti • Niura Demarchi

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sílvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suelly Bastos e Sílvia Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva, Ronaldo Alves e Osmar de Jesus Miranda

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquêas D. de Moraes, Pedro Pincer e Sílvia Burle

Reportagem: Cíntia Sasse e Rafael Faria

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Com base na nova legislação, Tribunal Superior Eleitoral deve começar o exame de recursos relacionados a registros de candidatura procedentes de tribunais regionais

Ficha Limpa enfrenta nesta semana primeiro teste no TSE

DOIS MESES E meio após ser sancionada, a Lei da Ficha Limpa, que proíbe as candidaturas de políticos condenados pela Justiça em decisão colegiada, enfrentará o seu primeiro teste. Ainda nesta semana, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) deve examinar pedidos de cassação de registro de candidatos de diversos estados.

Até o início da noite de segunda-feira, 169 recursos relacionados a registros de candidatura procedentes dos tribunais regionais eleitorais (TRES) já haviam sido protocolados no TSE, segundo a Agência Brasil. A grande quantidade pode dificultar o cumprimento do cronograma do tribunal, segundo o qual os recursos seriam apreciados até amanhã.

O primeiro anteprojeto da Lei da Ficha Limpa chegou ao Congresso Nacional com 1,6 mi-

lhão de assinaturas de eleitores interessados em dificultar as candidaturas de políticos envolvidos em denúncias de corrupção. A iniciativa foi do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral.

Polêmica

Uma vez aprovada pelo Legislativo, a norma foi sancionada em 4 de junho. Mas ainda há dúvidas se ela valerá para as eleições deste ano. Um dos principais argumentos contrários à sua aplicação imediata é que a lei não pode retroagir para prejudicar os candidatos. Advogados de políticos ameaçados de cassação dos registros insistem no princípio da anualidade, segundo o qual as normas que regem as eleições devem ser aprovadas pelo menos um ano antes daquela disputa.

Todas essas questões deverão ser decididas, a partir desta

semana, pelos ministros do TSE. Nos meios políticos, acredita-se que as primeiras decisões do tribunal poderão indicar a tendência a ser aplicada na maioria dos atuais casos de cassação de registro de candidatura.

Um dos casos mais conhecidos é o do ex-governador Joaquim Roriz, que tenta concorrer a um quinto mandato no governo do Distrito Federal. Seu registro foi negado pelo TRE por ele haver renunciado ao mandato de parlamentar em 2007, evitando, assim, a abertura de um processo de cassação no Senado.

Os advogados de Roriz já sinalizaram que pretendem recorrer até ao Supremo Tribunal Federal para garantir sua candidatura, caso a decisão do TSE seja desfavorável a ele. O mesmo procedimento pode ser adotado por advogados de outros candidatos, em diversas partes do país.



Decisões a serem tomadas pelos ministros do TSE geram grande expectativa

Gurgacz: eleitor tem chance imperdível de se livrar dos "fichas-suja"

O eleitor não pode deixar apenas nas mãos das autoridades a decisão de afastar os "fichas-suja" da política, afirmou ontem o senador Acir Gurgacz (PDT-RO). Ele recomendou aos brasileiros que assistam aos programas do horário eleitoral no rádio e na TV, de hoje a 28 de setembro, e façam as devidas verificações com a ajuda da internet, para checar o passado e as promessas dos candidatos.

— Muito se fala hoje em dia, nos noticiários e nas revistas, sobre dossiês que um partido faria de outro, como um aspecto negativo. Mas o eleitor pode e deve fazer esse levantamento da vida dos candidatos.

Na avaliação do senador, não há mais desculpa para votar em alguém que tem ficha suja, "pois os mecanismos de levantamento de informações estão muito mais próximos e disponíveis para cada cidadão brasileiro". Ele disse que quem não tem computador pode acessar as informações de uma *lan house* e quem não sabe usá-lo deve recorrer à ajuda de um amigo ou parente, a fim de ter



Gurgacz diz que mecanismos de levantamento de informações estão disponíveis aos eleitores

em mãos todas as informações sobre o candidato.

Mudança

Gurgacz disse que Rondônia é um dos estados com maior número de candidatos "fichas-suja" do país e que as eleições de outubro trazem uma "chance imperdível" de modificar a situação. Para tanto, acrescentou, é preciso que o eleitor avalie quem merece e quem não merece sua confiança.

Gastar mal o horário eleitoral, opinou o senador, significa um verdadeiro "tiro no pé" para o candidato, já que tudo o que ele falar na TV ou no rádio pode ser conferido e avaliado.

Simon: "Presidência tem quatro candidatos da maior qualidade"

Pedro Simon (PMDB-RS) declarou em Plenário estar muito contente por participar do momento político atual do Brasil. Segundo o senador, o país passa hoje, com o início da campanha eleitoral, por uma situação de plenitude democrática ímpar em sua história.

Na avaliação de Simon, além de "estar vivendo o maior espaço de democracia institucional desde que se tornou soberano", o país conta ainda com quatro candidatos principais à Presidência da República da maior qualidade.

O senador considerou muito importante o fato de os quatro com maiores chances na disputa presidencial terem fichas totalmente limpas, sem quaisquer restrições em suas trajetórias políticas.

— Se nós olharmos a Dilma, o Serra, a Marina e o Plínio, na vida pessoal, na sua organização, na família, na sociedade e na maneira como vivem, são ficha-limpa total. Não se tem uma vírgula contra os quatro — disse.

Em relação à ex-ministra Dilma Rous-



Simon afirma que os quatro têm fichas totalmente limpas, sem quaisquer restrições em suas trajetórias

seff, Simon afirmou não ver outra pessoa dentro do PT que pudesse ser melhor candidata à Presidência. Para o senador, foi Dilma a principal responsável pela retomada da credibilidade do governo Lula após o escândalo do mensalão.

Quanto a José Serra, destacou seu histórico de luta pela restauração da democracia no país, durante o regime militar. Disse estar certo de que, se eleito, Serra deverá administrar muito bem o Brasil, devido à sua habilidade como chefe, já demonstrada em vários cargos públicos.

Simon elogiou também os candidatos Plínio de Arruda Sampaio e Marina Silva, ressaltando sua dignidade e coerência de ideias.

Senado homenageia Maçonaria em sessão plenária

O Senado homenageará, na sessão plenária desta sexta-feira, às 9h, a Maçonaria brasileira e o Dia do Maçom, comemorado em 20 de agosto. O requerimento solicitando o evento foi apresentado pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR).

Segundo o parlamentar, que é maçom, há cerca de 5 mil lojas maçônicas no Brasil, que se dedicam à realização de obras sociais e filantrópicas. Elas participam de campanhas de vacinação promovidas pelo governo; arrecadam e distribuem alimentos e vestuário; mantêm creches, escolas, centros de apoio a idosos; e promovem o combate às drogas, entre outras tarefas.

A Maçonaria se apresenta como instituição caritativa que reconhece Deus

como ser supremo, "o grande arquiteto do universo". Sua origem data de 1175, quando pedreiros ingleses, no intuito de guardarem em segredo a forma das construções góticas que tomavam conta da Inglaterra, se organizaram sob a proteção de São João Batista.

Em 1717, foi fundada em Londres a primeira loja maçônica do mundo, que tinha como finalidade espalhar o deísmo, doutrina que considera a razão como a única via capaz de assegurar a existência de Deus, rejeitando, para tal fim, o ensinamento ou a prática de qualquer religião organizada. O deísmo difundiu-se, principalmente, entre os filósofos enciclopedistas.

A Maçonaria chegou ao Brasil no início do século 19. Foi criado, nessa época,

o Grande Oriente do Brasil (GOB), reconhecido pelo Grande Oriente de França. O GOB era, naquela ocasião, a única obediência maçônica brasileira, mas, posteriormente, se distanciou do Grande Oriente de França e foi para a Grande Loja Unida da Inglaterra. A partir dessa época, a Maçonaria brasileira teve seu próprio desenvolvimento, surgindo dissidências dentro do GOB.

História

Segundo Mozarildo, o dia 20 de agosto é a data de celebração da Maçonaria brasileira porque foi o momento da fundação do GOB, com a fusão das Lojas Esperança de Niterói; Comércio e Artes; e União e Tranquilidade, em 1822.

Seu primeiro grão-mestre foi o pa-



Mozarildo Cavalcanti ressalta que há cerca de 5 mil lojas maçônicas em todo o Brasil

tria da Independência, José Bonifácio de Andrada e Silva. Além de lutar pela independência do país, a ordem maçônica defendeu a abolição da escravidão e a proclamação da República, e também esteve presente em outros fatos históricos importantes para o Brasil, segundo o senador.



Virgílio diz que PEC já foi aprovada em primeiro turno pela Câmara

Arthur Virgílio pede urgência na votação de piso salarial para policiais

Arthur Virgílio (PSDB-AM) informou ao Plenário que decidiu pedir urgência para a votação da proposta de emenda à Constituição (PEC 446/09) que cria o piso salarial nacional para policiais civis, militares, bombeiros e agentes carcerários. Com a possível aprovação da PEC, o piso seria provisoriamente

igual ao salário dos policiais de Brasília – o maior do país –, até posterior definição por lei federal. O projeto já foi votado em primeiro turno na Câmara e pode ser submetido à última votação dos deputados nesta semana. A seguir, será examinado pelos senadores.

– Se queremos combater a

criminalidade para valer, combater o crime organizado, temos de começar pelo aumento dos salários dos nossos policiais. Sem uma remuneração digna, o policial não se arriscará no combate aos traficantes. Infelizmente, vejo pouca coragem das nossas autoridades para enfrentar o crime organizado

– lamentou Virgílio, lembrando que o Brasil “hoje arbitra o preço da cocaína no mundo”, pois boa parte do contrabando passa pelo país.

O senador também propôs voto de pesar pela morte de Fábio Lucena Júnior, filho do ex-senador amazonense Fábio Lucena.

Alvaro Dias defende preço justo para o trigo

Se houvesse uma política de incentivo do preço justo, assinalou Alvaro Dias (PSDB-PR), os produtores nacionais de trigo poderiam suprir a totalidade da demanda interna, além de aumentar a geração de emprego e renda no campo, com a adição de US\$ 2 bilhões no saldo da balança comercial.

De acordo com o senador, hoje o consumo nacional de trigo por ano é de 10 milhões de toneladas. O país produz quase a metade e importa o restante.

Citando números da Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (Ocepar), Alvaro Dias disse que o governo federal deve hoje aos agricultores cerca de R\$ 222 milhões em AGFs (aquisições do governo federal) e PEPs (prêmios de escoamento da produção). Em relação ao trigo, os atrasos ocorrem desde maio, referentes às AGFs de março deste ano e de outubro de 2009 a janeiro de 2010.

Devido à seca na Rússia, segundo maior exportador mundial, o presidente Dmitry Medvedev decretou a paralisação das exportações. Com isso, os preços dispararam no mercado mundial, subindo mais de 50% desde julho. Essa quebra na produção e a suspensão das exportações do trigo russo terão efeitos de curto prazo para o consumidor brasileiro, alertou Alvaro Dias, prevendo aumentos da ordem de 20% para os derivados de trigo, como pão francês, macarrão, pizza, farinha de trigo e massas em geral.



Alvaro Dias prevê aumento de 20% no preço dos produtos à base de trigo

A educação é o motor do progresso, diz Cristovam

Senador afirma que candidatos à Presidência ainda não explicaram aos brasileiros como pretendem priorizar o setor educacional se chegarem ao cargo

CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) reafirmou ontem a importância da educação para o progresso e o desenvolvimento do país. Ele disse que o conhecimento precisa ser mais valorizado no Brasil.

– O vetor da transformação, o motor do progresso é a educação – declarou.

Ao chamar atenção para a seriedade do tema, o senador assinalou que, para o país gerar energia elétrica, são necessários engenheiros capacitados, e para que existam esses profissionais é necessária a educação. O mesmo raciocínio, disse, pode ser aplicado às áreas de segurança e saúde públicas: sem educação, não há policiais nem médicos.

Na opinião de Cristovam, os atuais candidatos à Presidência da República sabem da importância da educação, mas ainda não explicaram ao eleitorado



Cristovam Buarque: conhecimento precisa ser mais valorizado no país

como pretendem priorizar o setor educacional se chegarem ao cargo.

Para o parlamentar, quatro grandes problemas se apresentam para o Brasil nos tempos atuais: o financeiro, o econômico, o ecológico e o social.

– E esses quatro dependem de um quinto, que é o ideológico, que é a concepção de projetos, o destino do país, o rumo que

a gente quer. É aí que ponho a educação como o grande motor.

Cristovam acredita que a educação pode trazer soluções para esses quatro grandes problemas brasileiros ao longo do tempo.

Em apartes, João Faustino (PSDB-RN), Marisa Serrano (PSDB-MS) e Selma Elias (PMDB-SC) elogiaram o pronunciamento de Cristovam.

Marisa: falha no Enem “testa paciência de milhões de jovens”

Marisa Serrano (PSDB-MS) criticou ontem o governo federal pelas falhas na organização do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2010. Para a senadora, ao permitir novos incidentes às vésperas da realização da prova um ano após o vazamento ocorrido em 2009, o Ministério da Educação (MEC) demonstra suas fragilidades e “testa a paciência de milhões de jovens”.

Em 2010, mais de 4,6 milhões de estudantes se inscreveram no Enem, cujas provas serão realizadas em 6 e 7 de novembro. Porém, na semana passada, a Justiça suspendeu o pregão para a contratação de serviços de impressão em condições especiais de segurança e sigilo. Marisa

Serrano disse duvidar que seja possível manter o cronograma.

– Me parece difícil viabilizar essas provas nos dias 6 e 7 de novembro. Não tem a gráfica, os dois responsáveis pela elaboração do conteúdo estão com um aumento absurdo no preço, o que está deixando todo mundo intrigado. As pessoas ficam encabuladas, achando que alguma coisa de ruim está acontecendo. Como é que vamos fazer uma prova nos dias 6 e 7 de novembro com essas preocupações?

A decisão de suspender o pregão ocorreu em atendimento a mandado de segurança, com pedido de liminar, impetrado por uma das empresas inscritas. A Gráfica Plural, de onde as provas do Enem foram roubadas



Senadora considera difícil viabilizar prova em 6 e 7 de novembro

no ano passado, alega ter sido excluída do processo licitatório pelo MEC antes que suas instalações fossem avaliadas, apesar de ter apresentado o melhor preço.

Outro provável problema apontado pela senadora diz respeito à demora na formalização do contrato com os responsáveis pela elaboração do conteúdo da prova.

Cavalcanti quer resgatar memória da Revolução de Princesa

Roberto Cavalcanti (PRB-PB) reivindicou ontem a construção do Museu da Memória da Revolução de Princesa – no atual município de Princesa Isabel – como uma “justa reivindicação do povo paraibano”, que, de acordo com ele, quer resgatar um dos momentos mais importantes da história do estado.

O conflito de interesses políticos e econômicos – também conhecido como Guerra de Princesa ou Revolta de Princesa – representou o choque entre as oligarquias rurais e as elites urbanas em ascensão, e foi considerado o ensaio do que viria a ser a Revolução de 1930.

Segundo o senador, a inves-

tida do então governador da Paraíba, João Pessoa, contra o poder dos coronéis do interior foi o estopim da discórdia.

Após anos de intensa animosidade e ameaças de ambas as partes – materializadas na forma de cobrança de impostos e na atuação de milícias particulares –, a guerra foi deflagrada

em 28 de fevereiro de 1930. Nessa data, a polícia invadiu a Vila do Teixeira e prendeu membros da família Dantas, ligada ao coronel José Pereira Lima.

– O conflito ganhou contornos cada vez maiores, chegando a ser proclamada a autonomia administrativa da área.



Senador destaca que a greve nacional atinge 80% da categoria

Jorge Yanai manifesta apoio a médicos residentes

A greve geral dos médicos residentes recebeu ontem o apoio do senador Jorge Yanai (DEM-MT), segundo o qual cerca de 17,5 mil profissionais aderiram à greve – mais de 80% da categoria. Os médicos residentes reivindicam reajuste imediato de 38,7% sobre a bolsa-auxílio atual, de R\$ 1.916,45. Pedem ainda melhores condições de formação; pagamento de auxílio-moradia, auxílio-alimentação e adicional de insalubridade; reajuste anual da remuneração; criação da 13ª bolsa-auxílio; e aumento da licença-maternidade de quatro para seis meses.

Os médicos residentes são responsáveis por 70% dos atendimentos do Serviço Único de Saúde (SUS), disse o senador.

– Os médicos residentes prestam um serviço fundamental ao país e devem ter sua importância reconhecida. Como senador e como médico, manifesto minha tristeza ao ver que o residente não tem seu valor reconhecido – afirmou, assinalando que a paralisação não afetará os serviços essenciais, com a manutenção dos atendimentos emergenciais e nas unidades de terapia intensiva.

Jorge Yanai também criticou a Portaria 1.510/09, do Ministério do Trabalho, que determina a obrigatoriedade do registro eletrônico de ponto em empresas com mais de dez funcionários. A medida vem sendo combatida por entidades empresariais e sindicatos, disse.



Roberto Cavalcanti defende construção de museu na Paraíba